

CONCURSO PÚBLICO


ancine

Agência Nacional
do Cinema



DATA: 11/01/2009 - DOMINGO - TARDE

CARGO: Analista Administrativo

OPÇÃO: A75

A T E N Ç Ã O

O **Caderno de Questões** contém 80 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E) e 03 questões discursivas.

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** e nas **Folhas de Respostas da Prova Discursiva** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. As provas objetiva e discursiva terão juntas duração de 5 horas, incluídos neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas** e das **Folhas de Respostas da Prova Discursiva**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas** e das **Folhas de Respostas da Prova Discursiva**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando uma hora para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas** e as **Folhas de Respostas da Prova Discursiva**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas** e as **Folhas de Respostas da Prova Discursiva**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.concursos.uff.br, no dia 13/01/2009, conforme estabelecido no Cronograma Previsto.

CADERNO DE QUESTÕES

Realização:



BOA PROVA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

PSICANALISTA, POR FAVOR!

1 A entrevista de Nayara pelo “Fantástico”, no Dia dos Finados, confirmou o desfuncionamento do GATE no seqüestro de Eloá. Tudo indica que os policiais não têm a formação adequada para tal. E deveriam? O que entendem da subjetividade, da agressividade e da psicopatologia da vida amorosa? Dizer que se tratava de uma “crise amorosa” não é exatamente um diagnóstico (...). O próprio seqüestrador pediu a substituição de seu interlocutor, o capitão Giovani, para não prejudicá-lo, pois ele poderia dar voz ao “diabinho”. Por que não passar imediatamente o telefone para um psicanalista? O capitão era qualificado para decidir se esse “diabinho” que falava com Lindemberg era uma simples figura de retórica ou uma alucinação? Ora, a injúria e o imperativo alucinatórios são causa freqüente de atos auto e heteroagressivos que podem levar à morte.

2 As equipes de resgate deveriam ter um psicanalista que as orientasse e pudesse intervir em situações limites. O diálogo que se estabelece com um sujeito visivelmente alterado na urgência não pode ter apenas como guia o senso comum ou a experiência pessoal. O próprio governador José Serra afirmara que o seqüestrador sofria durante as cem horas de terror de “oscilações entre depressão e raiva” (O GLOBO, 19/10/08). O saber do analista vai muito além, pois ele é formado na escola das paixões da alma. Lindemberg teria dito muito mais coisas, pois o analista sabe escutar e fazer as boas perguntas - permitindo ao seqüestrador falar do diabo que o seqüestra. E, assim, orientar o diálogo, tentando fazer Lindemberg passar da exaltação do ciúme-ódio para a tristeza do luto do ciúme-perda. E soltar o objeto (Eloá) que sabia já haver perdido e não se conformava.

3 Um psicanalista não teria permitido a volta de Nayara ao cativeiro após ter sido liberada, pois teria detectado o perigo que ela corria. O coronel Eduardo Félix justifica tê-lo feito por ela “ter uma cabeça muito boa”. Por que o senhor não chamou um psicanalista e, em vez disso, enviou uma menina de 15 anos para fazer essa função? Nayara disse ao “Fantástico” que Lindemberg achava que a mãe dela (de Nayara) era a responsável por Eloá tê-lo largado(!). Vários elementos vieram à luz cuja importância não pôde ser captada. Tudo isso são hipóteses, dirão os leitores. E têm razão. Mas deve-se tentar na prática as hipóteses advindas do saber sobre o funcionamento psíquico. O psicanalista não é onipresente, sabe do limite. A angústia em mais alto grau é o que gera desarvoramento e conseqüente perda do raciocínio lógico. Eis o que leva, muitas vezes, policiais, assaltantes e seqüestradores a passarem da palavra ao ato. E passam fogo. Um psicanalista, por favor!

(QUINET, Antônio. O GLOBO, 8/11/08, Seção OPINIÃO, 1º Caderno, p. 7.)

1. O artigo de opinião em pauta trata de fato conhecido do público e amplamente divulgado pela mídia que, na ocasião, julgou a ação policial inadequada e inábil. Fica claro, no texto, que tal parecer é compartilhado pelo articulista, podendo-se afirmar que sua adesão a essa tese é:

- A) parcial, na confirmação de que “os policiais não têm”;
- B) duvidosa, pela questão “e deveriam?”;
- C) total, pela certeza de que “o capitão era qualificado”;
- D) total, pela confirmação do “desfuncionamento do GATE”;
- E) parcial, pela expressão “tudo indica”.

2. O psicanalista Antônio Quinet utiliza o artigo para defender a TESE de que, em casos como o apontado no texto, há necessidade da:

- A) chegada de um psicanalista, para o encerramento do diálogo;
- B) contribuição do saber acadêmico, como prova da seriedade da ação;
- C) protelação de um suporte emocional, sobretudo para o seqüestrador;
- D) presença de um psicanalista, como apoio à ação policial;
- E) denúncia de casos de resgate, sem a participação de autoridades.

3. Erros na disposição adequada da argumentação denominam-se FALÁCIAS. Nos trechos seguintes, extraídos do 3º parágrafo, “O coronel justifica tê-lo feito por ela ‘ter uma cabeça muito boa’” e “Lindemberg achava que a mãe dela (de Nayara) era a responsável por Eloá tê-lo largado”, têm-se exemplos de falácias causadas, respectivamente, por:

- A) utilização de estereótipo / falsa analogia;
- B) simplificação exagerada / relação causa-efeito indevida;
- C) dedução falha / estatística tendenciosa;
- D) generalização excessiva / círculo vicioso;
- E) argumento autoritário / indução falseadora.

4. Na frase interrogativa “O capitão era qualificado para decidir se esse ‘diabinho’ que falava com Lindemberg era uma simples figura de retórica ou uma alucinação?” (1º parágrafo), os termos “figura de retórica” (1) e “alucinação” (2) possuem um elo em comum: a projeção, realizada pelo seqüestrador, de um ser, “o diabinho”, fruto de sua imaginação. O ponto de distinção, no entanto, é o grau de convencimento do seqüestrador: sabe que (1) realmente é fruto de uma fantasia, uma irrealdade inventada, um palavreado inverossímil, sem maiores conseqüências. Em contrapartida, ele realmente acredita na existência de (2). A partir dessa acepção, pode-se afirmar que as situações (1) e (2), encontram-se no texto em relação:

- A) particular = (1) ou (2), exclusivamente;
- B) correlativa = (1) e (2), adicionalmente;
- C) sistêmica = (1) + (2), concomitantemente;
- D) costumeira = (1) > (2), costumeiramente;
- E) trivial = (1) - (2), habitualmente.

5. A forma verbal em destaque em “o governador José Serra AFIRMARA que o seqüestrador sofria durante as cem horas de terror” (2º parágrafo) denota uma ação passada ____ a outra, também passada, e pode ser substituída, sem alteração de sentido, pela forma verbal _____. A opção com os termos que completam corretamente as lacunas é:

- A) posterior / tem afirmado;
- B) anterior / tinha afirmado;
- C) concomitante / havia afirmado;
- D) anterior / teria afirmado;
- E) posterior / terá afirmado.

6. No 2º parágrafo, afirma o autor que “O diálogo que se estabelece com um sujeito visivelmente alterado na urgência não pode ter apenas como guia o senso comum ou a experiência pessoal”. Pelo sentido que os vocábulos assumem no texto, pode-se afirmar que a opção que contém os termos designativos de situações que NÃO se enquadram no âmbito do “senso comum” e “da experiência pessoal” é:

- A) psicopatologia / vida amorosa;
- B) desarvoramento / raciocínio lógico;
- C) injúria / imperativo alucinatório;
- D) função / razão;
- E) funcionamento psíquico / fogo.

7. Entre os trechos abaixo extraídos do texto, há um em que o conector discursivo E está introduzindo sentido adversativo. O trecho em que tal fato ocorre é:

- A) “As equipes de resgate deveriam ter um psicanalista que as orientasse e pudesse intervir em situações limites” (2º parágrafo);
- B) “pois o analista sabe escutar e fazer as boas perguntas” (2º parágrafo);
- C) “soltar o objeto (Eloá) que sabia já haver perdido e não se conformava” (2º parágrafo);
- D) “Tudo isso são hipóteses, dirão os leitores. E têm razão” (3º parágrafo);
- E) “Eis o que leva, muitas vezes, policiais, assaltantes e seqüestradores a passarem da palavra ao ato. E passam fogo” (3º parágrafo).

8. Considerando-se as normas da língua culta relativas à flexão verbal e à uniformidade de tratamento, pode-se afirmar que, das frases abaixo, está correta apenas:

- A) Se alguém vir tuas anotações sobre o seqüestro, retira-as do pacote onde estão.
- B) Se alguém vir suas anotações sobre o seqüestro, retira-as do pacote onde estão.
- C) Se alguém vir vossas anotações sobre o seqüestro, retire-as do pacote onde estão.
- D) Se alguém ver tuas anotações sobre o seqüestro, retire-as do pacote onde estão.
- E) Se alguém ver vossas anotações sobre o seqüestro, retirai-as do pacote aonde estão.

9. De acordo com as normas da língua culta, para o correto preenchimento das lacunas do enunciado “A equipe estava ___ preocupada, porque o reforço policial demorava ___ chegar: ___ duas horas ___ convocações, porém ___ mais de trinta minutos, ninguém respondia aos apelos realizados pelos celulares. ___ de então, alguns curiosos colocavam-se ___ distância de dois metros para observarem melhor os acontecimentos”, têm de ser usadas, respectivamente, as formas:

- A) meio / a / há / tinham havido / há / A partir / a;
- B) meia / à / a / tinha havido / à / À partir / à;
- C) meia / à / à / tinha havido / há / A partir / à;
- D) meio / a / há / tinha havido / há / A partir / à;
- E) meio / a / há / tinham havido / a / À partir / a.

10. Das alterações feitas na oração adjetiva do período “Vários elementos vieram à luz cuja importância não pôde ser captada” (3º parágrafo), aquela que contraria norma de regência culta da língua é:

- A) em cuja importância todos estavam descrentes;
- B) dos quais a importância era tratada como caso definitivo;
- C) a respeito de cuja importância houve unanimidade;
- D) de cuja importância não se podia duvidar;
- E) à importância dos quais não se pôde aferir.

D2 - LÍNGUA INGLESA

Ford mulling Ryan Return.

Could president Jack Ryan be coming to the big screen?

December 8, 2008

Harrison Ford, fresh off his big-screen return as adventurer Indiana Jones, has expressed interest in reprising another role from his early career.

Ford talked to MTV recently and hinted that he'd be keen on returning to Jack Ryan, the Tom Clancy character he portrayed in 1992's *Patriot Games* and 1994's *Clear and Present Danger*. “I think it's a character I could easily play at this point if people were interested in seeing what happens to Jack Ryan as his life progresses,” he said.

Were such a film to follow the story progression in Tom Clancy's novels it could see Ryan becoming President and dealing with various international threats, including acts of aggression by the United Islamic Republic and China.

The latest buzz on the Ryan verse's film future is that producers Mace Neufeld and Lorenzo di Bonaventura are exploring taking the reins of the Paramount-based series. *The Dark Knight* star Aaron Eckhart had been rumored to be in consideration for the Ryan role.

11. By reading the text above we understand that...

- A) an actor is coming back on the movies scene after being away for many years;
- B) actor Harrison Ford is back to the movies;
- C) actor Jack Ryan is back to movies after many years;
- D) actor Jack Ryan is performing again a character played before;
- E) actor Harrison Ford would be willing to play a part that he has done in the past.

12. In the first line of the last paragraph, “the latest buzz on the...” , the word *buzz* could be understand as:

- A) noise;
- B) gossip;
- C) news;
- D) bad news;
- E) business.

13. These people _____ complained _____ the kind of language they hear _____ the movies nowadays.

- A) has / about / on;
- B) were / with / in;
- C) have / about / on;
- D) have / about / in;
- E) had / with / on.

14. I think it _____ be a great show, _____ nobody _____ be talking _____ it.

- A) must / otherwise / would / about;
- B) might / since / should / of;
- C) should / therefore / could / about;
- D) could / since / should / of;
- E) can / unless / would / of.

15. _____, if they like the project they _____ find a way to save it.

- A) somewhat / would;
- B) anyway / would;
- C) somehow / will;
- D) nevertheless / would;
- E) sometimes / will.

D3 - CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA

16. Em relação ao CD-ROM, um motivo pelo qual essa tecnologia não substituiu o disco rígido (HD), principalmente na manipulação de grandes arquivos contendo imagens gráficas e animação é:

- A) custo da unidade multimídia;
- B) tecnologia muito complexa para utilização;
- C) taxa de transferência inferior ao dos HDs;
- D) problemas de padronização;
- E) falta de suporte por parte dos fabricantes.

17. No Windows 95/98, existem normalmente três formas principais de executar diretamente os aplicativos e gerenciar o sistema operacional. São elas:

- A) pela janela do MS DOS, pelo ícone favoritos e pelo botão executar;
- B) pelo botão direito do mouse, pela barra de programas e pelo ícone favoritos;
- C) pelo ícone do aplicativo, pela barra de programas e por meio da tecla F11;
- D) pelo botão iniciar, pelos ícones na área de trabalho e pela barra de tarefas;
- E) pela barra de ferramentas, pelo painel de controle e pelo botão ativar.

18. No Windows 95/98/XP, a realização de certos recursos tais como alterar o papel de parede e habilitar a proteção de tela, pode ser realizada por meio da alteração das propriedades do (a):

- A) rede;
- B) vídeo;
- C) multimídia;
- D) fonte;
- E) teclado.

19. No Word, no tocante a formatação de bordas e sombreamento de uma tabela, aquela que NÃO é um estilo de sombreamento personalizado:

- A) grade clara;
- B) sólido;
- C) transparente;
- D) horizontal escura;
- E) negrito.

20. No Excel, a barra que exhibe instantaneamente o conteúdo digitado na célula ativa, fazendo com que o usuário possa editá-lo, é conhecida como barra de:

- A) fórmulas;
- B) status;
- C) ferramentas;
- D) tarefas;
- E) formato.

D4 - RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

21. Três pessoas A, B e C constituíram uma empresa e tiveram as seguintes participações:

- A) Capital de R\$ 5000,00, durante 20 meses
- B) Capital de R\$ 6000,00, durante 30 meses
- C) Capital de R\$ 3000,00, durante 40 meses

Após 40 meses do início da empresa, foi calculado um lucro de R\$ 8500,00 que foi repartido entre os sócios. A parte desse lucro que coube ao sócio minoritário foi de:

- A) R\$ 3825,00
- B) R\$ 2125,00
- C) R\$ 2550,00
- D) R\$ 1890,00
- E) R\$ 2350,00

22. Uma sacola contém 200 bolas de cores variadas. Destas, 20 são brancas, 30 são vermelhas, 50 são azuis, 40 são verdes e 60 são pretas. O menor número de bolas que devemos retirar dessa caixa, sem olhar as suas cores, para termos a certeza de que retiramos, pelo menos, 5 bolas de mesma cor, é:

- A) 15
- B) 20
- C) 21
- D) 25
- E) 31

23. Utilizando as propriedades das proposições e também as equivalências lógicas, podemos dizer que, das proposições apresentadas abaixo, a única que é equivalente à proposição "Se corro bastante então fico exausto", é:

- A) Não corro bastante ou fico exausto;
- B) Se não corro bastante, então não fico exausto;
- C) Se não fico exausto, corro bastante;
- D) Se não corro bastante, fico exausto;
- E) Corro bastante e não fico exausto.

24. Namoro ou estudo. Passeio e não estudo. Acampo ou não estudo. Ocorre que não acampo, logo:

- A) Estudo e passeio;
- B) Não passeio e namoro;
- C) Não acampo e não passeio;
- D) Passeio e namoro;
- E) Estudo e não passeio.

25. Num colégio verificou-se que 5% dos alunos possuem motocicleta, que 60% dos alunos possuem bicicleta e que 2% dos alunos possuem motocicleta e também bicicleta. O percentual dos alunos desse colégio que não possuem motocicleta, nem bicicleta, é:

- A) 33%
- B) 35%
- C) 37%
- D) 43%
- E) 47%

D5 - FUNDAMENTOS DAS ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS E AUDIOVISUAIS

26. A Cota de Tela, um dispositivo legal que fixa o número de dias para a exibição de obras cinematográficas brasileiras nas salas de cinema, foi criada na década de 1930 e sofre alterações periódicas de acordo com a necessidade de proteção da produção nacional em face da cinematografia estrangeira comercialmente hegemônica. Em 1998, quando já estava em curso a chamada Retomada do Cinema Brasileiro, e em 2008, a Cota de Tela foi, respectivamente, de:

- A) 58 e 29 dias;
- B) 49 e 28 dias;
- C) 49 e 29 dias;
- D) 28 e 49 dias;
- E) 49 e 58 dias.

27. A Lei nº 11.652/2008 que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo, e autoriza este Poder a constituir a Empresa Brasil de Comunicação, afirma que essa prestação de serviços deverá observar os seguintes princípios:

- I. promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- II. participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, a partir dos órgãos de classe de técnicos e artistas envolvidos nesses serviços;
- III. autoridade do Governo Federal em definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão;
- IV. promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;
- V. não discriminação religiosa, político-partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual.

Estão corretas as opções:

- A) I, II e V;
- B) II, III e V;
- C) II, III e IV;
- D) I, III e IV;
- E) I, IV e V.

28. A RECAM - Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do MERCOSUL - foi criada em dezembro de 2003 pelo Grupo do Mercado Comum com o objetivo de instaurar um instrumento institucional para avançar no processo de integração das indústrias cinematográficas e audiovisuais da região. A RECAM instituiu-se como um órgão:

- A) deliberativo, formado pelos Ministérios da Cultura de cada país membro;
- B) consultivo, formado pelas autoridades máximas nacionais na matéria;
- C) de apoio, formado pelos órgãos técnicos de cada país, sob a presidência da Secretaria do Audiovisual do MinC;
- D) executivo, formado pelos Ministros da Cultura e Educação de cada país membro;
- E) executivo, cuja presidência foi exercida até dezembro de 2008 pelo Brasil, através da Ancine.

29. A Medida Provisória nº 2.228-1/2001, em seu Artigo 39, trata da isenção da CONDECINE para as:

- A) obras cinematográficas e videofonográficas destinada à exibição exclusiva em festivais e mostras, desde que previamente autorizadas pela ANCINE;
- B) obras cinematográficas e videofonográficas jornalísticas, bem como os eventos esportivos e os documentários que tenham como objeto personalidades do esporte nacional;
- C) obras cinematográficas ou videofonográficas publicitárias veiculadas em Municípios do interior dos Estados;
- D) obras audiovisuais brasileiras, produzidas pelas empresas de serviços de radiodifusão de sons e imagens e empresas de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura, mesmo quando comercializadas em outro segmento de mercado;
- E) obras cinematográficas ou videofonográficas brasileiras que envolvam temática política.

30. Adotada em outubro de 2005 pela Conferência Geral da UNESCO, a Convenção da Diversidade Cultural tem o objetivo de estreitar os vínculos que unem a cultura com o desenvolvimento sustentável e fomentar o diálogo entre as culturas. Entre as considerações desta Convenção NÃO se encontra:

- A) o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais e a igual dignidade das distintas culturas;
- B) a proposta de acesso equitativo às expressões culturais e a abertura às culturas do mundo;
- C) o direito soberano dos Estados a elaborar políticas culturais para proteger e promover a diversidade das expressões culturais;
- D) a definição de que as novas tecnologias, por seu desequilíbrio de origem, são instrumentos prejudiciais à interação entre as culturas;
- E) o reconhecimento da natureza distinta dos bens e serviços culturais em sua qualidade de portadores de identidade, valores e significados.

D6 - FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (GESTÃO PÚBLICA E FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO)

31. À relação entre os cidadãos e seus representantes (governantes, administradores públicos, magistrados etc), na defesa do bem comum almejado pela sociedade, dá-se o nome de:

- A) gestão pública;
- B) administração gerencial;
- C) interesse público;
- D) administração pública;
- E) direito constitucional.

32. Uma das características da administração pública patrimonialista é:

- A) a apropriação de ativos e interesses públicos por particulares;
- B) a hierarquia funcional e a flexibilização administrativa;
- C) a permanente tensão entre política e administração pública;
- D) a coordenação e controle dos processos decisórios;
- E) o acentuado domínio da burocracia nos procedimentos administrativos.

33. A coordenação geral de todas as atividades relacionadas ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, em 1995, ficou a cargo:

- A) do Ministério da Fazenda;
- B) do Conselho de Reforma do Estado;
- C) do Ministério do Planejamento e Orçamento;
- D) da Casa Civil da Presidência da República;
- E) do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

34. O exercício do Poder Constituinte, conforme modernamente compreendido pelos estudiosos da matéria, é prerrogativa:

- A) do povo;
- B) da Nação;
- C) do Presidente da República;
- D) dos representantes eleitos pelo povo;
- E) do Estado.

35. As normas que consubstanciam os direitos e garantias fundamentais, conforme descritos na Constituição Federal, são de aplicabilidade imediata, mas dependem de outros mecanismos para que se tornem eficientes. Entre eles:

- A) o princípio da concordância prática;
- B) a contradição dos princípios;
- C) a iniciativa popular;
- D) o princípio da relatividade;
- E) a convivência das liberdades públicas.

36. A modalidade licitatória introduzida pela Medida Provisória nº 2.026, de 2000, autorizava a aquisição de bens e serviços, através de seus parâmetros, a:

- A) apenas a esfera da União Federal;
- B) apenas os estados e Distrito Federal;
- C) estados, municípios e Distrito Federal;
- D) estados, Distrito Federal e União Federal;
- E) apenas os municípios.

37. O Decreto nº 1.171, de 1994, obriga todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, a:

- A) constituir comissão de ética quando ocorrer qualquer ato susceptível de censura;
- B) manter uma comissão de ética permanente para orientação do servidor;
- C) instaurar processo administrativo contra o servidor que tenha cometido falta grave;
- D) aplicar pena prevista na administração pública quando o servidor cometer falta grave;
- E) encaminhar os casos suscetíveis de censura à comissão de ética do Governo Federal.

38. Os dirigentes das agências reguladoras, qualificados na Lei nº 9.986, de 2000, ocupam cargos comissionados que têm prazo determinado e:

- A) podem ser exonerados pelo Ministério Público;
- B) somente podem ser exonerados pelo Presidente da República;
- C) podem ser exonerados por decisão dos membros do conselho;
- D) não podem ser exonerados discricionariamente;
- E) somente podem ser exonerado por interposição de ação popular.

39. A administração pública direta, indireta ou fundacional está sujeita a controles internos e externos, sendo que as entidades da administração indireta e as fundacionais estão subordinadas a um duplo controle interno, que se dá por seus órgãos próprios constituídos para este fim e pelo que autoriza a Lei nº 4.898, de 09/12/1956, que, entre outras providências, diz que:

- A) as comissões parlamentares de inquérito poderão apurar atos lesivos à probidade da administração pública;
- B) a autoridade superior da instituição poderá exercer o ato de controle interno;
- C) o contribuinte poderá exigir informações sobre a gestão da instituição;
- D) qualquer pessoa pode suscitar o controle da administração para coibir abuso de autoridade;
- E) apenas as autoridades superiores, mesmo de outros órgãos, poderão exercer o controle interno para efeito de sanção a agente que haja incorrido em falta grave.

40. "Declaração do Estado (ou de quem lhe faça às vezes – como, por exemplo, um concessionário de serviço público), no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas a controle de legitimidade por órgão jurisdicional". O texto (Bandeira de Mello, 2004) conceitua:

- A) a coisa julgada administrativa;
- B) o princípio da finalidade;
- C) o ato administrativo;
- D) os pressupostos da licitação;
- E) os requisitos procedimentais.

D9 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Nos procedimentos de licitação existe um princípio que visa afastar o discricionarismo na escolha das propostas, obrigando os julgadores a aterem-se aos critérios prefixados pela Administração Pública. Este princípio é denominado princípio do(a):

- A) igualdade;
- B) probidade administrativa;
- C) adjudicação compulsória;
- D) vinculação ao instrumento convocatório;
- E) julgamento objetivo.

42. No caso de necessidade de aquisição de bens nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público, pode-se dizer que a licitação é:

- A) na modalidade concorrência internacional;
- B) inexigível;
- C) inelegível;
- D) dispensável;
- E) na modalidade pregão internacional.

43. A modalidade de licitação que apresenta uma inversão de suas fases, haja vista que a habilitação dar-se-á após o julgamento das propostas, é do tipo:

- A) concorrência;
- B) tomada de preços;
- C) pregão;
- D) convite;
- E) leilão.

44. No âmbito da LRF, há um conceito que mede o comportamento fiscal do governo num dado período, representando a diferença entre a arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outras receitas inerentes à função arrecadadora do Estado, excluindo-se as receitas de aplicações financeiras, e as despesas orçamentárias do governo no mesmo período, excluindo-se as despesas com amortização, juros e encargos da dívida. Trata-se do conceito de Resultado:

- A) "abaixo da linha";
- B) primário;
- C) "acima da linha";
- D) nominal;
- E) operacional.

45. No processo evolutivo da gestão de pessoas, alguns autores classificam suas fases com base em funções desempenhadas na organização. Na abordagem funcionalista, a fase compreendida entre os anos 60 até o início dos anos 80, em que a gestão de pessoas passa a interferir nos diferentes processos da organização, é denominada:

- A) gerencial;
- B) funcional;
- C) operacional;
- D) estratégica;
- E) contingente.

46. As "idéias-força" representam os valores subjacentes em um conceito ou prática na gestão de pessoas. A idéia de que a gestão de pessoas deve alinhar a um só tempo os objetivos estratégicos e negociais da organização e o projeto profissional e de vida das pessoas denomina-se:

- A) desenvolvimento mútuo;
- B) satisfação mútua;
- C) consistência no tempo;
- D) integração mútua;
- E) alinhamento.

47. O conjunto de compromissos mútuos entre a empresa e as pessoas, que são traduzidos pelas práticas e políticas existentes na organização que orientam o comportamento, denomina-se:

- A) bases estruturais;
- B) processos de apoio;
- C) relações com a comunidade;
- D) bases procedimentais;
- E) integralidade.

48. No âmbito da gestão de pessoas, a movimentação ocorre quando a pessoa muda de local de trabalho, de posição profissional, de empresa e de vínculo empregatício. Ocorre movimentação sob a perspectiva da empresa quando:

- A) há abandono de emprego;
- B) ocorre inserção no mercado de trabalho;
- C) se verifica a aclimatação;
- D) há a busca de melhores oportunidades;
- E) ocorre retirada do mercado de trabalho.

49. Uma movimentação pode ser classificada em categorias, em função de sua natureza. A categoria que compreende as ações que permitem à pessoa atuar na empresa ou no negócio denomina-se:

- A) captação;
- B) transferência;
- C) expatriação;
- D) recolocação;
- E) internalização.

50. O tipo de remuneração que o colaborador recebe em virtude do tempo de dedicação à empresa é denominada:

- A) indireta;
- B) por *performance*;
- C) básica;
- D) por senioridade;
- E) por contrapartida.

51. Dentre os reforçadores de comportamento, aquele que é caracterizado por ser algo que é dado às pessoas do corpo funcional, significando reconhecimento por uma meta atingida ou uma realização importante, denomina-se:

- A) simbólico;
- B) financeiro;
- C) social;
- D) relacionado ao trabalho;
- E) bonificador.

52. A fase da implantação de um plano de cargos e salários na qual se busca, por intermédio da curva média de mercado, o equilíbrio salarial interno e externo denomina-se:

- A) política salarial;
- B) pesquisa salarial;
- C) análise de cargos;
- D) política de remuneração;
- E) estrutura salarial.

<p>53. A etapa do processo de T&D em que se fazem as perguntas acerca de quanto deve ser ensinado e quando deve ser ensinado denomina-se:</p> <p>A) avaliação; B) diagnose; C) planejamento; D) implementação; E) programação.</p>	<p>59. O substituto de titular de cargo em comissão, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a trinta dias consecutivos, fará jus a uma remuneração denominada:</p> <p>A) representação; B) indenização de cargo em comissão; C) gratificação de função comissionada; D) habilitação; E) retribuição.</p>
<p>54. A estrutura de carreira que dispõe alternativas às pessoas da organização em relação às posições que deverão ser ocupadas por elas é denominada:</p> <p>A) em linha; B) em rede; C) paralelas; D) discricionária; E) eletiva.</p>	<p>60. O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração. Essa fração deverá ser superior a:</p> <p>A) doze dias; B) quinze dias; C) quatorze dias; D) dez dias; E) vinte dias.</p>
<p>55. A posse em cargo público dar-se-á pela assinatura de um documento, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei. Esse documento é denominado:</p> <p>A) aceite; B) cédula; C) contrato; D) termo; E) compromisso.</p>	<p>61. Nas categorias de classificação orçamentárias, o elo entre o planejamento de médio prazo e os orçamentos anuais, que não pode mais ser traduzido por títulos padronizados, denomina-se:</p> <p>A) diretiva; B) LDO; C) meta finalística; D) plano diretor; E) programa.</p>
<p>56. Na Administração Pública brasileira, o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança é denominado:</p> <p>A) exercício; B) tarefa; C) operação; D) execução; E) condução.</p>	<p>62. As despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, são denominadas:</p> <p>A) inopinadas; B) de custeio; C) eventuais; D) operações especiais; E) excepcionais.</p>
<p>57. O servidor estável, não aprovado no estágio probatório em virtude de baixo desempenho nos termos do art. 20 da Lei nº 8.112 será:</p> <p>A) exonerado; B) reconduzido; C) demitido; D) processado; E) remanejado.</p>	<p>63. O instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo do governo, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação governamental, denomina-se:</p> <p>A) atividade; B) projeto; C) SIAFI; D) programa de apoio administrativo; E) elemento de despesa.</p>
<p>58. O retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria, denomina-se:</p> <p>A) re-inserção; B) recolocação; C) reintegração; D) reversão; E) re-admissão.</p>	<p>64. Uma despesa pública com a aquisição de título representativo do capital de empresas ou entidade de qualquer espécie, já constituída, seria classificada com relação ao seu grupo de despesa como sendo:</p> <p>A) de capital; B) corrente; C) inversão financeira; D) investimento; E) de bônus.</p>

65. O princípio orçamentário que preconiza que nenhuma parcela da receita geral poderá ser comprometida para atender a certos e determinados gastos denomina-se:

- A) não comprometimento;
- B) não afetação das receitas;
- C) da desvinculação;
- D) da universalidade;
- E) especialização.

66. A condição de validade da gestão pública verificada quando se identifica, no longo prazo, resultado que expressa a ação positiva do Estado e tem como indicadores de desempenho a missão institucional, as diretrizes e os objetivos estratégicos, denomina-se:

- A) efetividade;
- B) economicidade;
- C) eficácia;
- D) eficiência;
- E) legitimidade.

67. Quando a auditoria governamental é realizada sob a coordenação do órgão central de controle com a utilização de auditores do próprio órgão e auditores das unidades regionais, ela é denominada:

- A) terceirizada;
- B) indireta;
- C) compartilhada;
- D) subsidiária;
- E) integrada.

68. O tipo de auditoria governamental que tem, entre outros aspectos, a análise da realização físico-financeira em face de objetivos e metas estabelecidos, a análise da adequação dos instrumentos de gestão para a consecução dos planos e a verificação da documentação instrutiva e comprobatória denomina-se:

- A) de instrução;
- B) de gestão;
- C) de programas;
- D) analítica;
- E) operacional.

69. O tipo de auditoria governamental que tem como objetivo permitir a formação de uma opinião mais concreta sobre o desempenho gerencial dos administradores públicos, valendo-se de critérios tais como liderança e planejamento estratégico, denomina-se:

- A) estratégica;
- B) da qualidade;
- C) especial;
- D) de sistemas;
- E) gerencial.

70. Um auditor governamental deverá realizar os testes ou provas adequados nas circunstâncias, para obter evidências que fundamentem suas conclusões. Quando a evidência é coerente com as observações e recomendações da auditoria, evidencia-se a característica de qualidade denominada:

- A) propriedade;
- B) adequação;
- C) suficiência;
- D) pertinência;
- E) aderência.

71. Nas normas relativas ao relatório de auditoria, quando o auditor inclui no relatório todos os fatos relevantes observados, sem omissões, proporcionando uma visão objetiva das irregularidades apontadas e da conclusão, evidencia-se o atributo denominado:

- A) integridade;
- B) clareza;
- C) integralidade;
- D) objetividade;
- E) coerência.

72. Deve existir uma coerência na determinação do escopo da auditoria, e isso depende da análise de seus elementos estruturais. O elemento representado pela pertinência do ponto de controle e na temporalidade dos exames programados é denominado:

- A) extensão;
- B) abrangência;
- C) oportunidade;
- D) profundidade;
- E) legitimidade.

73. Dentre os pedidos de confirmação de dados usados pela auditoria, aquele nos quais se utilizam valores ou saldos a serem confirmados na data-base indicada é denominado:

- A) branco;
- B) negativo;
- C) de autenticidade;
- D) de validação;
- E) preto.

74. Evidência em auditoria é o conjunto de fatos comprovados, competentes e pertinentes, obtidos durante os trabalhos. A qualidade da evidência que se refere ao grau de relação entre a evidência e o objetivo da auditoria denomina-se:

- A) correlação;
- B) vínculo;
- C) circunstância;
- D) relevância;
- E) validade.

75. O parecer de auditoria é o documento que representa a opinião do auditor sobre a exatidão e regularidade da gestão. O parecer emitido quando o auditor formar a opinião de que na gestão dos recursos públicos foram adequadamente observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade é denominado:

- A) não restritivo;
- B) pleno;
- C) não irregular;
- D) em conformidade;
- E) saneado.

76. Nos processos administrativos, de acordo com a Lei nº 9.784, a autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita:

- A) sempre no cartório de registro de pessoas naturais;
- B) pelo órgão administrativo;
- C) por testemunhas designadas em ato próprio;
- D) por qualquer cidadão;
- E) pela chefia imediata.

77. Num processo administrativo, as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais. A situação que supre a irregularidade de uma intimação que não tenha observado essas prescrições é o(a):

- A) encaminhamento de contra-razões;
- B) contra-argumentação racional;
- C) comparecimento do administrado;
- D) saneamento in limine;
- E) saneamento pro facto.

78. Nos processos administrativos, o interessado poderá, antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo. Tais providências ocorrerão na fase:

- A) processual;
- B) adjudicatória;
- C) alegatória;
- D) probatória;
- E) instrutória.

79. De acordo com a Lei nº 8.112, é vedado ao servidor público o exercício de atividade remunerada durante o período de uma das licenças previstas no inciso I do art. 81. Trata-se da licença:

- A) por motivo de doença em pessoa da família;
- B) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;
- C) para o serviço militar;
- D) para atividade política;
- E) para desempenho de mandato classista.

80. Ao servidor investido em mandato eletivo, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo. Tal situação especial verificar-se-á na hipótese do servidor ter sido eleito para o cargo de:

- A) deputado estadual no estado em que possui domicílio;
- B) juiz classista;
- C) prefeito;
- D) vereador;
- E) síndico de condomínio.

DISCURSIVA

Desenvolva os 3 temas abaixo utilizando para cada um, de 15 a no máximo 30 linhas.

1º TEMA (D6)

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização-GESpública, instituído pelo Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, tem por finalidade contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do País. O Programa é operacionalizado por meio da estrutura do Departamento de Programas de Gestão, que tem entre as suas atribuições exercer a Gerência Executiva do GESpública. A Gerência Executiva atua por meio de 5(cinco) processos de trabalho. Quais são esses processos de trabalho, seus respectivos objetivos e de que forma colaboram para a viabilização da missão definida para o Programa?

2º TEMA (D9)

“As normas de auditoria abrangem instruções a serem observadas pelo auditor quando da realização de seu trabalho. Foram estabelecidas com a finalidade de orientar as atividades a serem desenvolvidas, bem como proporcionar a aplicação sistemática e metodológica de suas ações.”

Para o desenvolvimento do tema, divida o texto em 4 parágrafos, abordando o que se propõe nos itens abaixo:

1. duas normas relativas à pessoa do auditor;
2. duas normas relativas à execução do trabalho;
3. uma norma relativa à opinião do auditor;
4. duas normas relativas ao relatório de auditoria.

3º TEMA (D9)

“A licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse.”

Para o desenvolvimento do tema, divida o texto em 4 parágrafos, abordando o que se propõe nos itens abaixo:

1. dois princípios da licitação;
2. distinção entre dispensa e inexigibilidade de licitação;
3. três tipos de licitação;
4. anulação e revogação da licitação.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO